

Novas alternativas de proteção de renda

Oportunidades de criação de produtos segmentados aumentam no mercado de previdência complementar

O envelhecimento da população brasileira e o aumento da expectativa de vida – média de 75 anos em 2015, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, somados ao fator característico da aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima, geram uma conta que será cada vez mais difícil de fechar pela Previdência.

Os impactos desses fatores há muito vêm sendo discutidos por especialistas, mas ganharam destaque recentemente em razão da proposta do Governo Federal para a reforma previdenciária – PEC 287/16, recém-aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara durante o fechamento desta edição.

O sistema previdenciário, composto basicamente pelo regime geral (INSS) e pelo regime próprio dos servidores públicos, tem uma série de problemas a ser resolvidos: redução de fraudes no sistema de invalidez e mudanças para evitar o acúmulo de rendas (pensão, aposentadoria e trabalho, por exemplo), pensões vitalícias para jovens, entre

outros. Mas, na opinião de Edson Franco, presidente da Federação Nacional da Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), o principal problema da previdência reside no fato de ser um sistema totalmente baseado no regime de repartição, de modo que não há uma relação entre o valor contribuído e o recebido durante a aposentadoria.

Outro ponto de distorção, de acordo com ele, é a aposentadoria por tempo de contribuição sem a vinculação a uma idade mínima de aposentadoria. “Cerca de 25% das pessoas se aposentam com idade abaixo dos 65 anos, e esse contingente é responsável por 45% do total de gastos de seguridade. É preciso equacionar a questão de idade mínima de aposentadoria, daí a insistência do Governo em focar esse aspecto no projeto de reforma da Previdência”, diz. Ele comenta que os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) já convergiram seus sistemas de aposentadoria para trabalhadores com idade mínima de 65 anos e alguns deles discutem elevar a idade para os 67.





Com déficit previdenciário do sistema público, população tende a buscar meios alternativos de benefícios para aposentadoria

Finanças

Divulgação: Zurich Seguros



Para Edson Franco, presidente da FenaPrevi, reforma paramétrica não é solução definitiva para sistema previdenciário

Alternativas

Questionado sobre as soluções para equacionar o déficit previdenciário, Edson Franco afirma que a atual proposta de reforma paramétrica, que equaciona vários dos problemas do sistema atual, estabelecendo parâmetros de elegibilidade, de concessão de benefício, convergência dos modelos de previdência do setor privado e do setor público e eliminação de várias das aposentadorias especiais, demonstra um passo importante na direção correta, de um sistema universal e mais justo. Inequivocamente, esse conjunto de medidas, se aprovadas na forma como estão propostas, tende a conter o avanço dos custos do sistema previdenciário atual.

Para uma solução de longo prazo que permita também uma redução e não somente estancar a escalada dos custos do sistema, ele defende a implementação, em paralelo à reforma paramétrica, de um modelo para novos contribuintes composto por quatro pilares. Recomendada pelo Banco Mundial, a alternativa é considerada por Franco mais justa, sustentável e definitiva.

O primeiro pilar, denominado Assistencial, seria um benefício menor do que o mínimo previdenciário, pago a um contingente

que nunca ou pouco contribuiu com a previdência, suficiente para assegurar um nível básico de renda e de proteção social. Os recursos seriam provenientes de pagamentos de impostos não relacionados a contribuições previdenciárias.

A base do segundo pilar seria o benefício previdenciário em regime de repartição, tal qual existe hoje, mas com um valor menor que o teto atual.

O terceiro pilar não existe no Brasil e se caracteriza por uma contribuição obrigatória, tanto do indivíduo quanto da empresa, em regime de capitalização. O modelo propõe a capitalização do benefício em contas individuais e o cálculo da aposentadoria sobre a reserva acumulada de acordo com regras atuariais e financeiras. “Defendemos que esse modelo tenha regras estabelecidas pelo Estado, mas que seja gerido pela iniciativa privada em regime de livre concorrência para assegurar competitividade de custos, rentabilidade e transparência”, comenta Franco.

O pilar número quatro consiste no atual modelo de previdência complementar, composto pelos planos fechados (empresariais, por exemplo) e abertos (PGBL e VGBL).

Para o presidente da FenaPrevi, os três primeiros pilares, aplicados em conjunto, comporiam uma renda equivalente ao teto de aposentadoria de hoje, ou que se pretende ter no futuro de acordo com a evolução da economia. Já a conjugação dos pilares 2 e 3 poderia ser feita sem aumento de ônus de contribuição para os indivíduos. “Já se estivéssemos começando do zero um novo sistema baseado nesses quatro pilares, sem uma conta do passado a pagar, seria possível financiar esse modelo com menos contribuições do que as existentes hoje”, pontua.

Oportunidades

Independentemente de se estabelecer um regime de pilares, a população começa a ter consciência de que o Estado não será capaz de atender os compromissos em relação à aposentadoria social, por isso, cada vez mais as pessoas têm recorrido a mecanismos de acumulação previdenciária complementar. “O sistema público de aposentadoria não se sustenta em médio e longo prazos, por outro lado, surgem

mais oportunidades para o mercado de previdência complementar, incluindo a criação de produtos segmentados e diferenciados em relação à aposentadoria tradicional e à própria captação”, comenta Lúcio Anacleto, sócio de serviços financeiros da KPMG no Brasil.

O presidente da FenaPrevi pactua da mesma opinião ao afirmar que o sistema privado é robusto e já tem um contingente de 13 milhões de pessoas no plano complementar aberto com reserva de 600 bilhões de reais. Em se tratando de fundos fechados, o valor chega a 1 trilhão de reais.

“É importante destacar que o sistema de previdência privada aberta vem crescendo consistentemente acima da inflação há vários anos, mesmo antes da intensificação da discussão da reforma previdenciária, o que sinaliza uma demanda reprimida por instrumentos de complementação de aposentadoria e um processo gradual de mudança na cultura de poupança de longo prazo do brasileiro, que tende a se intensificar ainda mais”, acrescenta.

Franco acredita que ainda será necessário criar novos produtos personalizados para atender a um contingente de aposentados que só tende a aumentar no sistema privado, mas acredita que esse movimento acontecerá naturalmente, de acordo com a demanda. Questionado sobre a preparação do mercado para atender um número maior de beneficiários, ele afirma que mais do que ajustes necessários de infraestrutura e de processos de pagamento, o grande desafio será capacitar a rede de distribuição (corretores, atendentes bancários, entre outros) para realizar junto aos clientes um aconselhamento ou planejamento completo sobre produtos de proteção de renda. “Há um grande desafio de se capacitar força de vendas como parte de um processo de educação financeira”, conclui. **BM**



Desconhecimento sobre a Previdência

A maioria dos brasileiros admite ter pouca ou nenhuma informação a respeito do funcionamento do sistema público de aposentadoria. Apenas 11% consideram que sabem muito ou o suficiente sobre o tema e 86% da população sabe pouco, não sabe nada ou desconhece completamente o assunto. Outros 3% não souberam responder. Os dados são de uma pesquisa da FenaPrevi realizada com cerca de 1.500 pessoas com mais de 23 anos, de todas as classes sociais, em todas as regiões do País, entre os dias 21 de julho e 4 de agosto.

O percentual dos que não ouviram falar sobre a reforma do sistema também é alto. Cerca de 44% dos indivíduos entrevistados declaram não ter conhecimento da discussão das reformas que estão em curso, 54% disseram ter ouvido falar de propostas para mudanças nas regras de aposentadoria e 2% não souberam responder.

O levantamento mostrou que a maior parcela da população (42%) acredita que os homens deveriam se aposentar aos 60 anos e somente 15% apontaram 65 anos como a idade ideal para a aposentadoria masculina. No que toca à aposentadoria das mulheres, 58% disseram que este grupo da população deveria se aposentar com menos de 55 anos. Outros 22% da amostra indicaram os 60 anos como a idade ideal para a aposentadoria feminina.

A pesquisa também identificou divergência quando o assunto é tempo de contribuição antes da aposentadoria: 57% dos indivíduos entrevistados acreditam que o tempo de contribuição para os homens deveria ser inferior a 30 anos (20, 25 e 30 anos). Sobre o tempo de contribuição das mulheres, 69% da amostra considera que o tempo de contribuição deveria ser igual ou inferior a 30 anos.

“Os dados mostram que a sociedade ainda não compreende com clareza como se dá o equilíbrio financeiro da Previdência e os critérios técnicos que deveriam nortear o tempo de contribuição e outros quesitos do sistema. É fundamental investir em um processo claro, transparente e didático de comunicação com a sociedade”, analisa Franco.



Características dos sistemas de pensões nos principais mercados do mundo



País	Canadá	Estados Unidos
Idade de aposentadoria	Pensão estatal: 65 Aposentadoria pessoal: 71	Entre 62 e 65 anos
Tipo de sistema de pensão do Estado	Benefício definido (BD)	Benefícios pagos com base nos montantes totais recolhidos
Nível de pensão do Estado	Até US\$ 14.765	Até US\$ 15.528 (US\$ 25.332 para o casal)
Tipo de benefício do Estado	Taxa fixa e ganhos relacionados, indexados anualmente a aumentos no índice de preços ao consumidor	Taxa fixa ajustada para aumento da inflação
Sistema privado de pensões	Voluntário profissional e individual	Voluntário profissional e individual



Holanda	Reino Unido	Austrália	Japão
65 (67 em 2021)	65 para homens e 60 para mulheres. Aumento de idade de 68 para ambos em 2046	Pensão do Estado: 65, aumentando para 67 Aposentadoria pessoal: 55, aumentando para 60	Aumento gradual de 60 para 65 para homens até 2025 e para mulheres até 2030
BD	BD	Pensão estatal financiada a partir da receita consolidada do governo	BD
US\$ 9,471 a US\$ 17,334, dependendo do estado civil	Máximo de US\$ 11,879 Média atual de US\$ 8,376	US\$ 16,205 Aposentadoria do casal: US\$ 24,426	US\$ 27.392 por funcionário
Taxa fixa	Taxa fixa	Taxa fixa máxima, que reduz com base em teste de renda	Taxa fixa e ganhos relacionados
Obrigatório	Obrigatório para o empregador Voluntário para os funcionários	Pensão obrigatória desde 1992 de 9,5% salário adicional disponível. Contribuição não concessional adicional (US\$ 129.410 por ano)	Voluntário